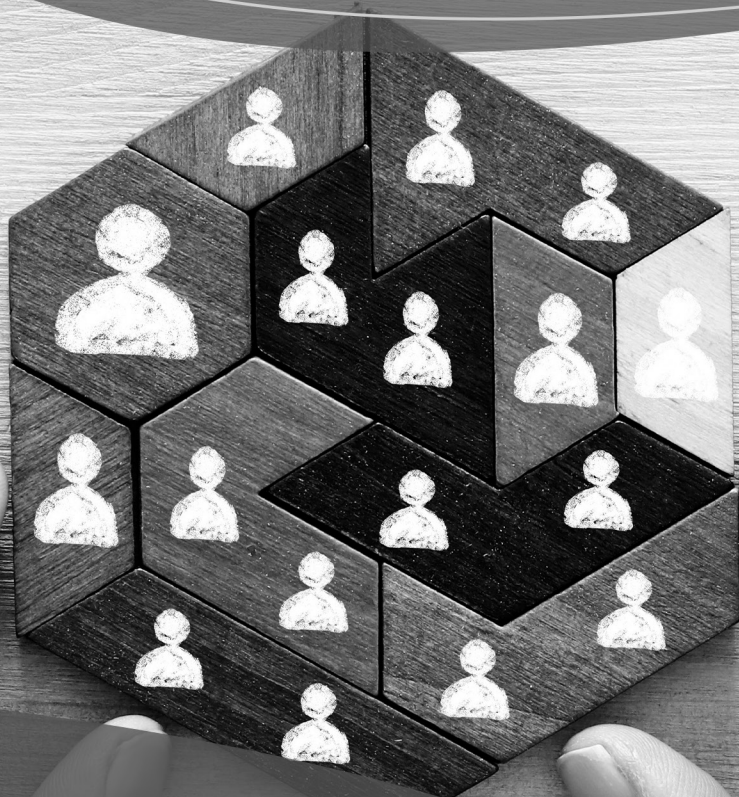


Ciências Sociais Aplicadas: Necessidades Individuais & Coletivas



*Luciana Pavowski Franco Silvestre
(Organizadora)*

Ciências Sociais Aplicadas: Necessidades Individuais & Coletivas



*Luciana Pavowski Franco Silvestre
(Organizadora)*

Editora Chefe

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Assistentes Editoriais

Natalia Oliveira

Bruno Oliveira

Flávia Roberta Barão

Bibliotecário

Maurício Amormino Júnior

Projeto Gráfico e Diagramação

Natália Sandrini de Azevedo

Camila Alves de Cremona

Karine de Lima Wisniewski

Luiza Alves Batista

Maria Alice Pinheiro

Imagens da Capa

Shutterstock

Edição de Arte

Luiza Alves Batista

Revisão

Os Autores

2020 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do Texto © 2020 Os autores

Copyright da Edição © 2020 Atena

Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena

Editora pelos autores.



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição 4.0 Internacional (CC BY 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

A Atena Editora não se responsabiliza por eventuais mudanças ocorridas nos endereços convencionais ou eletrônicos citados nesta obra.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais

Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília

Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Daniel Richard Sant’Ana – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Profª Drª Dilma Antunes Silva – Universidade Federal de São Paulo
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá
Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas
Profª Drª Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Profª Drª Carla Cristina Bauermann Brasil – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás
Prof. Dr. Cleberton Correia Santos – Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Fágner Cavalcante Patrocínio dos Santos – Universidade Federal do Ceará
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Jael Soares Batista – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Profª Drª Lina Raquel Santos Araújo – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Pedro Manuel Villa – Universidade Federal de Viçosa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Talita de Santos Matos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Tiago da Silva Teófilo – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

- Prof. Dr. André Ribeiro da Silva – Universidade de Brasília
Profª Drª Anelise Levay Murari – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Profª Drª Débora Luana Ribeiro Pessoa – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Douglas Siqueira de Almeida Chaves -Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Profª Drª Eleuza Rodrigues Machado – Faculdade Anhanguera de Brasília
Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Profª Drª Eysler Gonçalves Maia Brasil – Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira
Prof. Dr. Ferlando Lima Santos – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Gabriela Vieira do Amaral – Universidade de Vassouras
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Helio Franklin Rodrigues de Almeida – Universidade Federal de Rondônia
Profª Drª Iara Lúcia Tescarollo – Universidade São Francisco
Prof. Dr. Igor Luiz Vieira de Lima Santos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Jefferson Thiago Souza – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Jesus Rodrigues Lemos – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Jônatas de França Barros – Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof. Dr. Luís Paulo Souza e Souza – Universidade Federal do Amazonas
Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Marcus Fernando da Silva Praxedes – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Mylena Andréa Oliveira Torres – Universidade Ceuma
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federaci do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Paulo Inada – Universidade Estadual de Maringá
Prof. Dr. Rafael Henrique Silva – Hospital Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Drª Regiane Luz Carvalho – Centro Universitário das Faculdades Associadas de Ensino
Profª Drª Renata Mendes de Freitas – Universidade Federal de Juiz de Fora
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

- Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto
Prof. Dr. Alexandre Leite dos Santos Silva – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Carlos Eduardo Sanches de Andrade – Universidade Federal de Goiás
Profª Drª Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Douglas Gonçalves da Silva – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Profª Dra. Jéssica Verger Nardeli – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Luciana do Nascimento Mendes – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Marques – Universidade Estadual de Maringá

Profª Drª Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Linguística, Letras e Artes

Profª Drª Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Angeli Rose do Nascimento – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro
Profª Drª Carolina Fernandes da Silva Mandaji – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Profª Drª Denise Rocha – Universidade Federal do Ceará
Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná
Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará
Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobon – Universidade Estadual do Centro-Oeste
Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia

Conselho Técnico Científico

Prof. Me. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof. Me. Adalberto Zorzo – Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza
Prof. Me. Adalto Moreira Braz – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba
Prof. Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva – Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí
Prof. Me. Alexsandro Teixeira Ribeiro – Centro Universitário Internacional
Prof. Me. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão
Profª Ma. Anne Karynne da Silva Barbosa – Universidade Federal do Maranhão
Profª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Profª Drª Andrezza Miguel da Silva – Faculdade da Amazônia
Prof. Dr. Antonio Hot Pereira de Faria – Polícia Militar de Minas Gerais
Prof. Me. Armando Dias Duarte – Universidade Federal de Pernambuco
Profª Ma. Bianca Camargo Martins – UniCesumar
Profª Ma. Carolina Shimomura Nanya – Universidade Federal de São Carlos
Prof. Me. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Ma. Cláudia de Araújo Marques – Faculdade de Música do Espírito Santo
Profª Drª Cláudia Tais Siqueira Cagliari – Centro Universitário Dinâmica das Cataratas
Prof. Me. Clécio Danilo Dias da Silva – Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Me. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará
Profª Ma. Daniela da Silva Rodrigues – Universidade de Brasília
Profª Ma. Daniela Remião de Macedo – Universidade de Lisboa
Profª Ma. Dayane de Melo Barros – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Me. Douglas Santos Mezacas – Universidade Estadual de Goiás
Prof. Me. Edevaldo de Castro Monteiro – Embrapa Agrobiologia
Prof. Me. Eduardo Gomes de Oliveira – Faculdades Unificadas Doctum de Cataguases
Prof. Me. Eduardo Henrique Ferreira – Faculdade Pitágoras de Londrina

Prof. Dr. Edwaldo Costa – Marinha do Brasil
Prof. Me. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita
Prof. Me. Ernane Rosa Martins – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás
Prof. Me. Euvaldo de Sousa Costa Junior – Prefeitura Municipal de São João do Piauí
Profª Ma. Fabiana Coelho Couto Rocha Corrêa – Centro Universitário Estácio Juiz de Fora
Prof. Dr. Fabiano Lemos Pereira – Prefeitura Municipal de Macaé
Prof. Me. Felipe da Costa Negrão – Universidade Federal do Amazonas
Profª Drª Germana Ponce de Leon Ramírez – Centro Universitário Adventista de São Paulo
Prof. Me. Gevair Campos – Instituto Mineiro de Agropecuária
Prof. Dr. Guilherme Renato Gomes – Universidade Norte do Paraná
Prof. Me. Gustavo Krahl – Universidade do Oeste de Santa Catarina
Prof. Me. Helton Rangel Coutinho Junior – Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Profª Ma. Isabelle Cerqueira Sousa – Universidade de Fortaleza
Profª Ma. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
Prof. Me. Javier Antonio Alborno – University of Miami and Miami Dade College
Prof. Me. Jhonatan da Silva Lima – Universidade Federal do Pará
Prof. Dr. José Carlos da Silva Mendes – Instituto de Psicologia Cognitiva, Desenvolvimento Humano e Social
Prof. Me. Jose Elyton Batista dos Santos – Universidade Federal de Sergipe
Prof. Me. José Luiz Leonardo de Araujo Pimenta – Instituto Nacional de Investigación Agropecuaria Uruguay
Prof. Me. José Messias Ribeiro Júnior – Instituto Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco
Profª Drª Juliana Santana de Curcio – Universidade Federal de Goiás
Profª Ma. Juliana Thaisa Rodrigues Pacheco – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Kamilly Souza do Vale – Núcleo de Pesquisas Fenomenológicas/UFPA
Prof. Dr. Kárpio Márcio de Siqueira – Universidade do Estado da Bahia
Profª Drª Karina de Araújo Dias – Prefeitura Municipal de Florianópolis
Prof. Dr. Lázaro Castro Silva Nascimento – Laboratório de Fenomenologia & Subjetividade/UFPR
Prof. Me. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Ma. Lilian Coelho de Freitas – Instituto Federal do Pará
Profª Ma. Liliani Aparecida Sereno Fontes de Medeiros – Consórcio CEDERJ
Profª Drª Lúvia do Carmo Silva – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Lucio Marques Vieira Souza – Secretaria de Estado da Educação, do Esporte e da Cultura de Sergipe
Prof. Me. Luis Henrique Almeida Castro – Universidade Federal da Grande Dourados
Prof. Dr. Luan Vinicius Bernardelli – Universidade Estadual do Paraná
Prof. Dr. Michel da Costa – Universidade Metropolitana de Santos
Prof. Dr. Marcelo Máximo Purificação – Fundação Integrada Municipal de Ensino Superior
Prof. Me. Marcos Aurelio Alves e Silva – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo
Profª Ma. Maria Elanny Damasceno Silva – Universidade Federal do Ceará
Profª Ma. Marileila Marques Toledo – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Prof. Me. Ricardo Sérgio da Silva – Universidade Federal de Pernambuco
Profª Ma. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal

Prof. Me. Robson Lucas Soares da Silva – Universidade Federal da Paraíba

Prof. Me. Sebastião André Barbosa Junior – Universidade Federal Rural de Pernambuco

Profª Ma. Silene Ribeiro Miranda Barbosa – Consultoria Brasileira de Ensino, Pesquisa e Extensão

Profª Ma. Solange Aparecida de Souza Monteiro – Instituto Federal de São Paulo

Prof. Me. Tallys Newton Fernandes de Matos – Faculdade Regional Jaguaribana

Profª Ma. Thatianny Jasmine Castro Martins de Carvalho – Universidade Federal do Piauí

Prof. Me. Tiago Silvio Dedoné – Colégio ECEL Positivo

Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

Ciências sociais aplicadas: necessidades individuais & coletivas

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira
Bibliotecário Maurício Amormino Júnior
Diagramação: Luiza Alves Batista
Edição de Arte: Luiza Alves Batista
Revisão: Os Autores
Organizadora: Luciana Pavowski Franco Silvestre

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)

C569 Ciências sociais aplicadas [recurso eletrônico] :
necessidades individuais & coletivas / Organizadora
Luciana Pavowski Franco Silvestre. – Ponta Grossa,
PR: Atena, 2020.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader.

Modo de acesso: World Wide Web.

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-5706-364-4

DOI 10.22533/at.ed.644200909

1. Ciências sociais aplicadas – Pesquisa – Brasil. I.
Silvestre, Luciana Pavowski Franco.

CDD 340

Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422

Atena Editora

Ponta Grossa – Paraná – Brasil

Telefone: +55 (42) 3323-5493

www.atenaeditora.com.br

contato@atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

A Atena Editora apresenta o e-book “Ciências Sociais Aplicadas: Necessidades Individuais & Coletivas”, são ao todo trinta e dois artigos organizados e apresentados em dois volumes.

As pesquisas abordam temas relevantes que visam identificar, analisar e refletir sobre as relações estabelecidas entre os fenômenos sociais, econômicos e políticos no atual contexto.

No primeiro volume apresenta-se quatorze artigos com pesquisas relacionadas a três eixos temáticos: Desenvolvimento tecnológico, inovação e sustentabilidade; Consumo, comunicação e informação e Educação e processos de formação voltados para a cidadania e práticas emancipatórias.

O segundo volume é composto por dezoito artigos que tratam sobre políticas públicas e gestão pública e os impactos no atendimento das demandas relacionadas a área de saúde, profissionalização, socioeducação, sistema judiciário e processos de institucionalização. Os artigos analisam também os aspectos políticos e coligações partidárias.

Os artigos possibilitam o reconhecimento e análise de maneira mais aprofundada dos temas abordados, bem como, podem contribuir para a realização de novos questionamentos e pesquisas, com aproximações sucessivas das relações sociais e desvelamento das necessidades individuais e coletivas existentes no atual contexto

Boa leitura a todos e a todas.

Luciana Pavowski Franco Silvestre.

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1..... 1

COLIGAÇÕES E ASSOCIAÇÕES PARTIDÁRIAS NA COMPETIÇÃO ELEITORAL:
TRAJETÓRIA E SELEÇÃO DE CANDIDATURAS (MARABÁ 2015 - 2016)

Samuel Martins de Lima

Marilza Sales Costa

DOI 10.22533/at.ed.6442009091

CAPÍTULO 2..... 16

A CONTRIBUIÇÃO DAS FIBRAS PRESENTES NO BAGAÇO DO CAJU NAS
PROPRIEDADES FÍSICAS DO CONCRETO ARMADO E ALVENARIA ESTRUTURAL

Lucas Emanuel Fernandes Araújo

Francisco Gustavo Pessoa Jovino

Juscelino Chaves Sales

DOI 10.22533/at.ed.6442009092

CAPÍTULO 3..... 24

PRÁTICAS EMERGENTES NA ARTICULAÇÃO ENTRE SUSTENTABILIDADE E DESIGN
DE VESTUÁRIO

Valdecir Babinski Júnior

Mariana Moreira Carvalho

Jussara Dagostim

Ana Paula Voichinevski da Silva Milanese

Neide Köhler Schulte

Lucas da Rosa

DOI 10.22533/at.ed.6442009093

CAPÍTULO 4..... 38

COMPORTAMENTO DO CONSUMIDOR INFANTIL: O CONSUMO PELOS TWEENS E
SUAS RELAÇÕES SOCIAIS

Mariana Tomaz Silva

Rita de Cássia de Faria Pereira

Patrícia Lacerda de Carvalho

DOI 10.22533/at.ed.6442009094

CAPÍTULO 5..... 53

PUBLICIDADE E CULTURA: A ANÁLISE DA LINGUAGEM DISCURSIVA REGIONAL NO
ANÚNCIO AUDIOVISUAL

Alessandro Luchini Zadinello

DOI 10.22533/at.ed.6442009095

CAPÍTULO 6..... 67

QUEM ESCOLHE O QUE VOCÊ LÊ? O IMPACTO DA PLATAFORMIZAÇÃO DA
SOCIEDADE NO CONSUMO DE NOTÍCIAS

Cristina Siqueira Pacheco

Sandra Portella Montardo

DOI 10.22533/at.ed.6442009096

CAPÍTULO 7..... 74

O CONSUMISMO EM PROL DA OBSOLESCÊNCIA PROGRAMADA: UM DILEMA CRESCENTE DO SÉCULO XXI

Helena Francisco de Oliveira Lima

Priscila Silva Esteves

DOI 10.22533/at.ed.6442009097

CAPÍTULO 8..... 82

MERCADOS DE INFORMAÇÃO: PRODUTOS E SERVIÇOS NA ARQUIVOLOGIA

Ismaelly Batista dos Santos Silva

DOI 10.22533/at.ed.6442009098

CAPÍTULO 9..... 92

DIPLOMA E PROFISSÃO, PARADOXOS DA FORMAÇÃO SUPERIOR

Elane Luís Rocha

Mara Rúbia Alves Marques

DOI 10.22533/at.ed.6442009099

CAPÍTULO 10..... 105

“O SINAL ESTÁ FECHADO PRA NÓS, QUE SOMOS JOVENS”? AS RELAÇÕES E INTERAÇÕES CONSTRUÍDAS (OU NÃO) ENTRE A DISCIPLINA DE SOCIOLOGIA E JUVENTUDES EM UMA ESCOLA PÚBLICA DE TERESINA/PI

Marcos Rangel de Sousa Costa

Luciano de Melo Sousa

Gabriel Eidelwein Silveira

DOI 10.22533/at.ed.64420090910

CAPÍTULO 11..... 120

CURRÍCULO E PRÁTICAS EMANCIPATÓRIAS: UM ESTUDO DE CASO

Juliana de Souza Ramos

DOI 10.22533/at.ed.64420090911

CAPÍTULO 12..... 131

A SOCIOLOGIA NA EDUCAÇÃO BÁSICA E O ESTUDO DO CONCEITO DE CIDADANIA A PARTIR DA PEDAGOGIA HISTÓRICO-CRÍTICA

Michel Gustavo de Almeida Silva

Vitor Machado

DOI 10.22533/at.ed.64420090912

CAPÍTULO 13..... 143

POR UMA ESCOLA PÚBLICA INCLUSIVA: A INTEGRAÇÃO SOCIAL DE IMIGRANTES BOLIVIANOS NA EMEF ESCRITORA CAROLINA MARIA DE JESUS

Israel Filipe Santos Nascimento

Marina Nascimento Simão

DOI 10.22533/at.ed.64420090913

CAPÍTULO 14.....	157
FERROVIA, IMPRENSA, ESPORTES E SOCIEDADE NAS PRIMEIRAS DÉCADAS DO SÉCULO XX EM PONTA GROSSA – PARANÁ	
Cláudio Jorge Guimarães	
Alfredo César Antunes	
Constantino Ribeiro de Oliveira Júnior	
DOI 10.22533/at.ed.64420090914	
SOBRE A ORGANIZADORA	171
ÍNDICE REMISSIVO	172

CAPÍTULO 1

COLIGAÇÕES E ASSOCIAÇÕES PARTIDÁRIAS NA COMPETIÇÃO ELEITORAL: TRAJETÓRIA E SELEÇÃO DE CANDIDATURAS (MARABÁ 2015 - 2016)

Data de aceite: 01/09/2020

Data submissão: 05/06/2020

Samuel Martins de Lima

UNIFESSPA/ICH/FACSAT

Marabá-Pará

<http://lattes.cnpq.br/7066130281521354>

Marilza Sales Costa

UNIFESSPA/ICH/FACSAT

Marabá-Pará

<http://lattes.cnpq.br/5673712805104580>

RESUMO: O objetivo do trabalho foi estudar “As eleições em 2016: Candidaturas ao cargo majoritário e proporcional, Partidos, Campanha eleitoral e Resultados eleitorais”. Inicialmente realizando uma abordagem clássica e contemporânea através de autores como: Weffort (1984), Nicolau (2004) e Motta Sá (1999), Ferreira (2005) dentre outros. Adotou-se uma abordagem qualitativa no estudo dos conceitos e leis sobre os partidos e as eleições no país; assim como estudamos as coligações partidárias ocorridas nas eleições do ano de 2016 realizando entrevistas aos candidatos, vereadores eleitos e coordenador de campanha. Vemos que as grandes coligações tendem a beneficiar os partidos maiores no “jogo” político. Também analisamos os dados quantitativos coletados da página do TSE (Tribunal Superior Eleitoral), do TRE (Tribunal Regional Eleitoral); além disso, damos ênfase a algumas mudanças nas leis: N° 9.504/1997 (Lei das eleições), Lei N°

9.096/1995 (Lei dos Partidos Políticos), Lei N° 4.737/1965 (Código Eleitoral), Reforma Eleitoral, Lei N° 13.165/2015 nas eleições de 2016. A análise nos mostrou que a eleição de 2016 foi a de maior representação eleitoral no que se refere ao número de eleitores. Apuramos, através dos dados analisados nas tabelas que os partidos, MDB e PSDB, de maior expressão nacional também o são em nível estadual, regional e municipal. Em se tratando da distribuição das cadeiras na Câmara Municipal de Marabá, o percentual dos maiores partidos não teve tanta expressão na região.

PALAVRAS-CHAVE: Coligações, partidos, competição eleitoral.

PARTY PARTNERSHIPS AND ASSOCIATIONS IN THE ELECTORAL COMPETITION: TRAJECTORY AND CANDIDACY SELECTION (MARABÁ 2015 - 2016)

ABSTRACT: The objective of the work was to study “The elections in 2016: Candidacies for majority and proportional office, Parties, Electoral campaign and Electoral results”. Initially performing a classic and contemporary approach through authors such as: Weffort (1984), Nicolau (2004) and Motta Sá (1999), Ferreira (2005) among others. A qualitative approach was adopted in the study of the concepts and laws about parties and elections in the country; as well as we studied the party coalitions that took place in the 2016 elections by conducting interviews with candidates, elected councilors and campaign coordinator. We see that large coalitions tend to benefit the larger parties in the political “game”.

We also analyze the quantitative data collected from the TSE (Superior Electoral Court), TRE (Regional Electoral Court) page; in addition, we emphasize some changes in laws: N°. 9.504/1997(Law of elections), Law N°. 9,096/1995 (Law of Political Parties),Law N°. 4,737/1965 (Electoral Code), Electoral Reform, Law N°. 13,165/2015 in the 2016 elections. showed that the 2016 election was the one with the greatest electoral representation with regard to the number of voters. We found, through the data analyzed in the tables, that the parties, MDB and PSDB, of greater national expression are also at the state, regional and In the case of the distribution of seats in the Municipality of Marabá, the percentage of the largest parties did not have as much expression in the region.

KEYWORDS: Coalitions, parties, electoral competition.

1 | INTRODUÇÃO

O objetivo dessa pesquisa foi apresentar os resultados obtidos do plano de trabalho “A competição eleitoral nas eleições de 2016: candidaturas ao cargo majoritário e proporcional, Partidos, campanha eleitoral e resultados eleitorais”. Parte integrante do projeto da Professora Dra. Marilza Sales Costa da faculdade de Ciências Sociais/ UNIFESSPA – Marabá-PA, intitulado: “Coligações e Associações Partidárias na Competição Eleitoral: Trajetória e Seleção de Candidaturas (Marabá 2015 - 2016)”. O breve aporte teórico foi construído a partir de discussões de autores clássicos e contemporâneos como: Weffort (1984), Capella (1986), Nicolau (2004), Motta Sá (1999), Ferreira (2005) e outros.

Procuramos analisar o processo eleitoral nas eleições de 2016, em Marabá – PA, buscando descrever as coligações partidárias e candidaturas aos cargos majoritário e proporcional, endossados pela convenção partidária no período estabelecido pela justiça eleitoral. Assim como apresentar o resultado das eleições, a distribuição das cadeiras no Legislativo de acordo com o quociente partidário. E por fim, uma pesquisa de campo com a realização de entrevistas, tanto à candidatos (as) à vereadores e prefeitos, eleitos e não eleitos na cidade de Marabá. No percurso de análise dos dados, ainda consultamos o TSE (Tribunal Superior Eleitoral) e TRE (Tribunal Regional Eleitoral) no intuito de analisar as normas gerais para as eleições de 2016 e as leis partidárias e eleitorais (2016) e nos auxiliar na formulação dos quadros e das tabelas e na análise quantitativa. Nossa intenção foi de que esse trabalho possa servir de base para estudos acadêmicos, para movimentos sociais e à comunidade de modo geral.

2 | BREVE CONTEXTUALIZAÇÃO TEÓRICA

2.1 Algumas abordagens clássicas e contemporâneas

Weffort (1984, VL 1, p. 8), em sua obra sobre os “Clássicos da Política”, apresenta uma série de teóricos que acompanharam a formação do Estado moderno: Maquiavel (séc. XVI), os ingleses Hobbes e Locke (séc. XVII), os franceses Montesquieu, Rousseau e os americanos, Madison, Hamilton e Jay (séc. XVIII). Em Hobbes (Séc. XVII), os homens,

no [...] estado de natureza, atacariam os outros homens, sendo necessário um contrato social para gerar uma segurança ao Estado e aos homens”. (p.45,58). Locke (Séc. XVII), o “Contrato Social” surgiu da necessidade de dar segurança e favorecer a preservação da propriedade (p. 60). Rousseau (Séc. XVIII) propõe “[...] o exercício da soberania pelo povo”(p. 149). Enquanto, Duverger (Século XX), destaca dois tipos de partidos: os de Quadro: “conservadores, liberais e radicais” formados por grupos elitistas; e os de Massa: “socialistas, comunistas e fascistas”. Conceitua o partido político como grupo de pessoas que se opõem a outros grupos, tendo em vista a diversidade de opiniões e interesses.

Em termos da política partidária e eleitoral no Brasil, Ferreira (2005, p. 121-122), afirma que até 1831 não existia partidos no país, só depois houve a criação de partidos o: “[...] 1) Restaurador: queria a volta de D. Pedro I, o 2) Republicano: ansiava pela abolição e o 3) Liberal: pela reforma da Constituição de 1824, “[...] Haviam os Liberais que se dividiam em os moderados e exaltados. A partir de 1837 surgiu o Partido Conservador opositor ao partido Liberal. O Pluripartidarismo teve sua abertura a partir do código eleitoral de 1932, do voto secreto, da unificação dos sistemas eleitorais e da criação da justiça eleitoral. Porém, na República Velha (1889-1930), os fenômenos do coronelismo e das oligarquias inviabilizavam a ideia de partidos e “[...] somente em 1945 é que se começa a legislar em termos de partidos políticos nacionais” (CAPELLA, 1986, p.11). De acordo com Motta Sá (1999, p. 13) o código de 1945 criou a obrigatoriedade de os candidatos “[...] se registrarem (...) em um partido e a candidatura avulsa foi proibida, desta forma as alianças partidárias ganharam ênfase no processo político, mas “representavam apenas instrumentos “eleitoreiros”, usados por líderes personalistas”

Por um lado “[...] a lei valorizava os partidos, por outro, desconsiderava o eleitor, valorizava o personalismo e o mandato, favorecendo a perpetuação de uma “mentalidade antipartidária” no Brasil. (MOTTA SÁ, 1999, p. 15,16). De 1946 a meados do primeiro semestre de 1964 se estabeleceu o pluripartidarismo, mas com o chamado “Golpe de 1964” criou-se o bipartidarismo gerando “[...] condições políticas ideais para a valorização do mandato sob o partido, assim concluindo que “o partido, é apenas o veículo legal para a participação na eleição” (p.13). Ocorreu em 1985 a redemocratização que ampliou o registro de partidos e se caracterizou por pluripartidarismo e pelo voto secreto e direto, composto por três poderes: “[...] Executivo, Legislativo e Judiciário, através do sistema proporcional e majoritário, com mandatos de quatro anos para presidente, vice-presidente, governador, vice-governador, prefeito, vice-prefeito, deputado federal, estadual e distrital e vereador e oito anos para senador (SILVA, 2015, p. 8).

2.2 O sistema Eleitoral: conceitos e Leis

Em termos da análise sobre o sistema eleitoral, Nicolau (2004, p. 10), o conceitua como um “[...] conjunto de regras que define como em uma determinada eleição, o eleitor pode fazer suas escolhas e como os votos são contabilizados para serem transformados

em mandatos (cadeiras no Legislativo ou chefia do Executivo)”. Nele, descreve os sistemas eleitorais, majoritário e proporcional e suas subdivisões: o sistema majoritário se caracteriza por eleger os candidatos mais votados em uma eleição. Assim, se divide em, 1) “maioria simples” (como é o caso da eleição de Prefeito em cidades com menos de duzentos mil eleitores); 2) “maioria absoluta” ou “dois turnos”, (no Brasil 50% +1, há variações em outros países. Como no caso de eleição de Presidente da República, Governador e Prefeito de cidades com mais de duzentos mil eleitores); e 3) voto alternativo, em que para garantir a “maioria absoluta”, transfere-se os votos dos menos votados para os mais votados (NICOLAU,2004).

O proporcional tem como propósito assegurar a diversidade de opiniões de uma sociedade, se divide em: 1) “voto único transferível”, (em que se estabelece uma quota para candidatos e outra para partidos, sendo atingidas essas quotas, os votos são transferidos de maneira proporcional segundo o número de votos que cada um recebeu; 2) “sistema de lista”, (em que cada partido ou coligação apresenta uma lista de candidatos (lista aberta, caso do Brasil) ou legendas (lista fechada) e as cadeiras são distribuídas de acordo com a votação obtida); Há também o sistema misto que usa em uma mesma eleição, os sistemas majoritário e proporcional (NICOLAU,2004). Segundo o autor, “[...] entre 1945 e 1965, os chefes do executivo (presidente, governadores e prefeitos) eram escolhidos pelo sistema de maioria simples”(p. 34). Mas na constituição de 1988, ficou definido que presidente, governadores e prefeitos de cidades com mais de 200 mil eleitores, seriam eleitos pelo sistema de dois turnos; a menos que um candidato obtenha mais de 50% dos votos. No sistema de dois turnos pode acontecer que o candidato mais votado no primeiro turno seja derrotado no segundo turno.

O autor discorre sobre as fórmulas eleitorais, dentre elas, destaca a “fórmula D`Hondt”, empregada em vários países que utilizam a representação proporcional de lista, inclusive o Brasil, os votos dos partidos (ou coligação) “[...] são divididos pela série 1,2,3,4,5 etc” ,há ainda, a “fórmula Sainte-Lague”, que “opera com números ímpares” e a “fórmula Sainte-Lague modificada”, que também “opera com números ímpares, mas começa com 1,4” (NICOLAU, 2004, p. 44). No caso das Eleições Municipais de 2016, a seleção dos candidatos (as) ocorreu conforme as normas do TRE (Tribunal Regional Eleitoral) que disciplina a capacidade eleitoral ativa (apta a votar) e a passiva (apta a ser votada). Vale ressaltar alguns pontos inseridos nas novas regras à partir das eleições municipais de 2016, efetuando alterações nas Leis no 9.504/1997 (Lei das eleições), no 9.096/1995 (Lei dos Partidos Políticos), e no 4.737/1965 (Código Eleitoral), através da Lei no 13.165/2015. Sobre criação de novos partidos:

[...] só é admitido o registro do estatuto de partido político que tenha caráter nacional, considerando-se como tal aquele que comprove o “apoio” de eleitores correspondente a, pelo menos, meio por cento dos votos dados na última eleição geral para a Câmara dos Deputados, não computados os votos

em branco e os nulos, distribuídos por um terço, ou mais, dos Estados, com um mínimo de um décimo por cento do eleitorado que haja votado em cada um deles (LEI nº 9.096/95, art. 7º, §1º).

Alterado, (Lei nº 13.107, de 24 de março de 2015) passa, no art. 7º, §1º, a exigir que a comprovação do “apoio” de eleitores não filiados a partido político se dê no período de dois anos. Ainda, segundo à propaganda partidária:

i) a realização de um programa a cada semestre, em cadeia nacional, com duração de: cinco minutos cada, para os partidos que tenham elegido até quatro Deputados Federais; e dez minutos cada, para os partidos que tenham elegido cinco ou mais Deputados Federais; ii) a utilização, por semestre, para inserções de trinta segundos ou um minuto, nas redes nacionais, e de igual tempo nas emissoras estaduais, do tempo total de: dez minutos, para os partidos que tenham eleito até nove Deputados Federais; vinte minutos, para os partidos que tenham eleito dez ou mais deputados federais (SEVERO & CHAVES, 2015, p. 84).

Na questão sobre o fundo partidário, o art. 37 da Lei nº 9.096/97 determinou que a “[...] falta de prestação de contas ou sua desaprovação total ou parcial implicaria na suspensão de novas cotas do Fundo Partidário e sujeita os responsáveis às penas da lei”. Quanto a doação de recursos financeiros aos partidos políticos, no §3º do art. 39 ficou definido que “[...] poderão ser efetuadas na conta do partido político por meio de: cheques cruzados e nominais ou transferência eletrônica de depósitos”. (LEI DOS PARTIDOS POLÍTICOS, §3º do art. 39). O prazo para filiação partidária de no art. 9º da Lei nº 9.504/97 (Lei das Eleições), passou de 6 (seis) meses antes das eleições, assim

Perderá o mandato o detentor de cargo eletivo que se desfiliou, sem justa causa, do partido pelo qual foi eleito. Parágrafo único. Consideram-se justa causa para a desfiliação partidária somente as seguintes hipóteses: I – mudança substancial ou desvio reiterado do programa partidário; II – grave discriminação política pessoal; e III – mudança de partido efetuada durante o período de trinta dias que antecede o prazo de filiação exigido em lei para concorrer à eleição, majoritária ou proporcional, ao término do mandato vigente (LEI nº 9.096/95, art. 22-A)

Deste modo, em relação às eleições de 2016, vereadores que concorreriam a reeleição ou ao cargo de prefeito poderiam mudar de partido entre o dia 3 de março de 2016 e 1º de abril de 2016. As campanhas veiculadas no rádio e TV passariam de 45 para 35 dias, com início em 26 de agosto (no primeiro turno), então a campanha passou a contar com dois blocos no rádio e televisão com 10 minutos cada, ainda os partidos teriam direito a 70 minutos diários em inserções, 60% para candidatos a prefeito e 40% para vereadores, com duração de 30 ou 60 segundos cada uma, 90% do tempo ficando distribuído aos partidos proporcionalmente ao número de representantes na Câmara Federal, 10% distribuídos em partes iguais aos demais partidos e

(i) nas eleições para Prefeito e Vice-Prefeito, a exibição do horário eleitoral gratuito ocorrerá de segunda a sábado, das 7h às 7:10h e das 12h às 12:10h, no rádio; e das 13h às 13:10h e das 20:30h às 20:40, na televisão. (ii) ainda nas eleições para Prefeito, e também nas de Vereador, mediante inserções de trinta e sessenta segundos, no rádio e na televisão, totalizando 70 (setenta) minutos diários, de segunda-feira a domingo, distribuídas ao longo da programação veiculada entre as cinco e as vinte e quatro horas, na proporção de 60% (sessenta por cento) para Prefeito e 40% (quarenta por cento) para Vereador (LEI ELEITORAL, incisos VI e VII do art. 47) .

Sobre peças veiculadas no horário eleitoral gratuito, dispõe:

Nos programas e inserções de rádio e televisão destinados à propaganda eleitoral gratuita de cada partido ou coligação só poderão aparecer, em gravações internas e externas, observado o disposto no §2º, candidatos, caracteres com propostas, fotos, Inglês, clipes com música ou vinhetas, inclusive de passagem, com indicação do número do candidato ou do partido, bem como seus apoiadores, inclusive os candidatos de que trata o §1º do art. 53-A, que poderão dispor de até 25% (vinte e cinco por cento) do tempo de cada programa ou inserção, sendo vedadas montagens, trucagens, computação gráfica, desenhos animados e efeitos especiais. (LEI ELEITORAL, incisos VI e VII do art. 54).

Em caso de pedido de direito de resposta por ofensa veiculada na internet, o §1º do art. 58 da Lei nº 9.504/97, “[...] a qualquer tempo, quando se tratar de conteúdo que esteja sendo divulgado na internet, ou em 72 (setenta e duas) horas, após a sua retirada”. Com a alteração no art. 233-A do Código Eleitoral passou a ser garantido o voto em trânsito para Presidente da República, Governador, Senador, Deputado Federal, Deputado Estadual e Deputado Distrital em urnas instaladas nas capitais e nos Municípios com mais de cem mil eleitores. Essas foram algumas mudanças legais realizadas para as eleições de 2016.

3 I CARACTERIZANDO OS DADOS DA PESQUISA

3.1 Resultados: Majoritário e Proporcional

Eleições de 2016 no Município de Marabá, a composição de candidatos por vaga. Em 2016 (tabela 01) foram 4 (quatro) candidatos a prefeito e candidatos a vereador foram 15,86% por vaga.

Vereador		Candidatos: 333	15,86/vaga
Vice-prefeito	Vagas: 21	Candidatos: 4	4/vaga
Prefeito	Vagas: 1		4/vaga

Tabela 1 -Vereador (es)/Prefeito e Vice

Fonte:TSE estatísticas eleitorais 2016. Adaptado pelos autor(es) (2017).

Na tabela 02, abaixo, existem 3 coligações majoritárias, 8 coligações proporcionais, e ainda, 5 partidos que lançaram candidatos isolados. As coligações com 32 candidatos atingiu a cota máxima que é de 150% por partido ou coligação, conforme especificado em páginas anteriores. Nas coligações majoritárias, o candidato Jorge Bichara (PV) (tabela 2 acima), apresenta em sua coligação, 6 partidos; o candidato Manuel Veloso (DEM), 4 partidos; o candidato Sebastião Miranda (PTB), 18 partidos em sua coligação; e o candidato Rigler Aragão do PSOL, não fez coligações. Outro fator interessante nas coligações, é o fato de partidos antagônicos se unirem em um pleito, como é o caso, na coligação majoritária “todos por Marabá”, em que se encontra o PSC e o PC do B. Nas eleições de 2016 em Marabá, concorreram 28 partidos, 14 deles conseguiram eleger candidatos. A tabela 3 nos mostra o eleitorado nas eleições 2016.

Em termos de eleitorado, os grupos entre 25 a 59 anos representou 77,17% do eleitorado marabaense. (TSE estatística do eleitorado 2016). Nessa eleição o eleitorado foi de 159.055, 2,887% a mais que o eleitorado de 2012 que era de 144.248 representando 2,828% (<http://www.tse.jus.br>). Nas eleições 2012, os “votos válidos” foram 110649, total de vagas na Câmara Municipal foi 21, quociente eleitoral (QE) 5269. Porém, nas eleições de 2016 o total de votos foi de 125.264; os “votos válidos” foram 119.405 (95,32%); os brancos 2.545 (2,03%); os nulos 3.314 (2,65%); abstenções 33.791 (21,24%). (G1 2016).

Votos válidos 119.405, total de vagas na Câmara Municipal foi 21, quociente eleitoral (QE) 5686. acréscimo de 7,9 % em relação à 2012.

Em relação às pesquisas eleitorais para prefeito, os dados obtidos nos informaram que o candidato Tião Miranda estava com 64,1% das intenções de voto; o candidato Manoel Veloso, com 18%; o candidato Jorge Bichara, com 6,6%; e o candidato Rigler Aragão, com 1,5% das intenções de voto. Sendo confirmado nas urnas o que as pesquisas indicavam, não com essa margem de vantagem para o prefeito eleito, que foi eleito com 59,416 votos (51.64%). Correio News em 22/09/2016).

Coligação/Partido Isolado – Candidatura Prefeito/Vereador	Quant/cand.		%/subt	Quant/ eleitos	%/p.col.
PC do B	26		7,8	2	7,7
PDT / DEM / PRTB / PR	2		-	-	-
PDT / PR / DEM / PRTB	26		7,8	1	3,8
PMDB	19		5,7	3	15,8
PMN / PSC	32		9,6	2	6,2
PP / PSB	32		9,6	3	9,4
PPL / PROS / PHS / PSD	31		9,3	1	3,2
PPS	22		6,6	1	4,5
PRB / REDE / PRP	32		9,6	1	3,1
PSDB	22		6,6	2	9,1
PSOL	15(-2)		3,9	-	-
PT / PT do B / PEN	29		8,7	1	3,4
PTB / PSL	20		6,0	3	15,0
PTB / REDE / PSDB / PPS / PSC / PRB / PRP / PMN / PP / PSB / PROS / PHS / PPL / PC do B / PMDB / PSL / PSD / SD	2		-	-	-
PV / PSDC / PTN	29		8,7	1	3,4
PV / PSDC / PTN / PT / PT do B / PEN	2		-	-	-
Subtotal	333	8	100%		
Total Geral	341			21	

Tabela 2 - Coligações/partidos isolados - candidatura -Prefeito-Vereador.

Fonte: TSE estatísticas eleitorais 2016. Adaptado pelo autor(es) (2017).

A tabela 3, abaixo, mostra o percentual de votos de cada candidato nos seis núcleos da zona urbana, e zona rural. Foram usados noventa por cento (90%) dos resultados dos votos de cada candidato, sendo descartados os últimos, dez por cento (10%), por ter uma grande quantidade de itens com pequenos valores, ou seja, muitas seções com pequena quantidade de votos. O candidato Sebastião Miranda obteve o maior percentual de voto na Marabá Pioneira, com aproximadamente 72,3%, porém, a Nova Marabá é que representa a maior quantidade de votos com aproximadamente 33% do total geral dos votos do candidato que foi de 59416 votos, que representa 51,64% do total geral de votos. O candidato Manoel Veloso, teve o maior percentual de votos em São Félix 48,6 %, mas a maior quantidade de votos foi na Cidade Nova, com aproximadamente 37% do total de votos que recebeu que foi 47640 votos, que representa 41,4% do total dos votos contabilizados. O candidato Jorge Bichara, teve o maior percentual de votos nos bairros Nossa Senhora Aparecida/Araguaia, em torno de 9%, mais em quantidade foi na Nova Marabá, que obteve mais votos, girando em torno de 35% de sua votação, sendo seu total de votos 5647, que é 4,91% do total geral. O candidato Rigler Aragão, teve o seu maior percentual de votos na Marabá Pioneira

e Nova Marabá, com 2,8% em cada, mas quantitativamente foi na Nova Marabá que teve o maior número de votos representando em torno de 43% dos seus votos que foi um total de 2348 votos sendo 2,04% do total geral. (eleições 2016). O total de votos foi de 125.264: válidos 115.051 (91,85%); brancos 2.364 (1,89%) nulos 7.849 (6,27%); abstenções 33.791 (21,24%), (g1 2016).

Nas eleições para vereador em Marabá, o PMDB e PTB, conquistaram 3 cadeiras cada (14% cada); o PSDB, PCdo B e PSB, 2 cadeiras cada (10% cada); o PSC, PRB, PP, PT, PPS, PR, PHS, PTN e PMN, conquistaram 1 cadeira cada (5% cada). Do total, 16 vereadores foram eleitos por quociente partidário e 5 vereadores eleitos por média. Dos vinte e um vereadores eleitos, dezoito são da coligação do prefeito eleito, isso poderá facilitar a aprovação de projetos para o Executivo. O PMDB venceu as eleições em 17 municípios (44%); o PSDB, 8 municípios (21%). Ou seja, esses dois partidos venceram em 65% dos municípios do Sudeste do Pará, restando 35% para sete outros partidos. Sendo que o PMDB, conquistou 41 municípios (29%); o PSDB, 34 (24%); o DEM e o PR, 15 cada (10% cada); o PSD e o PT, 7 cada (5% cada); o PSC, 6 (4%); o PDT, 5 (3%); o PPS, 4 (3%); o PTB, 3 (2%); o SD, 2 (1%); o PTN, PSB, PP e PMB, 1 cada (1% cada).

Nas eleições para vereador em Marabá, o PMDB e PTB, conquistaram 3 cadeiras cada (14% cada); o PSDB, PCdo B e PSB, 2 cadeiras cada (10% cada); o PSC, PRB, PP, PT, PPS, PR, PHS, PTN e PMN, conquistaram 1 cadeira cada (5% cada). Do total, 16 vereadores foram eleitos por quociente partidário e 5 vereadores eleitos por média. Dos vinte e um vereadores eleitos, dezoito são da coligação do prefeito eleito, isso poderá facilitar a aprovação de projetos para o Executivo. O PMDB venceu as eleições em 17 municípios (44%); o PSDB, 8 municípios (21%). Ou seja, esses dois partidos venceram em 65% dos municípios do Sudeste do Pará, restando 35% para sete outros partidos. Sendo que o PMDB, conquistou 41 municípios (29%); o PSDB, 34 (24%); o DEM e o PR, 15 cada (10% cada); o PSD e o PT, 7 cada (5% cada); o PSC, 6 (4%); o PDT, 5 (3%); o PPS, 4 (3%); o PTB, 3 (2%); o SD, 2 (1%); o PTN, PSB, PP e PMB, 1 cada (1% cada)

Pref.	Sebastião Miranda		Manoel Veloso		Jorge Bichara		Rigler Aragão			
Núcleo										
M. Pion.	T.Voto / cand / núcleo	%	T.Voto / cand / núcleo	%	T.Voto / cand / núcleo	%	T.Voto / cand / núcleo	%	T.Vot o/ núcle o	% do total
	5739	72,3	1606	20,2	366	4,7	221	2,8	7932	7,5
C. Nova	18514	47,7	17652	45,5	1893	4,9	755	1,9	38814	36,5
N. Mar.	19271	53,1	14057	38,7	1963	5,4	1003	2,8	36294	34,2
S. Félix	3126	46,3	3279	48,6	201	3,0	139	2,1	6745	6,3
M. Nova	2496	50,1	2400	48,2	45	0,9	41	0,8	4982	4,7
Z. Rural	5776	54,4	4053	38,1	746	7,0	46	0,5	10621	10,0
N. S.Ap. Araguaia	338	38,2	460	52,1	78	8,8	8	0,9	884	0,8
T. cand/%	55260	51,9	43507	41,0	5292	5,0	2213	2,1	106272	100

Tabela 3 - Total de votos e percentuais por Núcleo

Fonte: tse.jus.br 2016 – cadastro eleitoral. dados do autor 2018.

Nas eleições para vereador em Marabá, o PMDB e PTB, conquistaram 3 cadeiras cada (14% cada); o PSDB, PCdo B e PSB, 2 cadeiras cada (10% cada); o PSC, PRB, PP, PT, PPS, PR, PHS, PTN e PMN, conquistaram 1 cadeira cada (5% cada). Do total, 16 vereadores foram eleitos por quociente partidário e 5 vereadores eleitos por média. Dos vinte e um vereadores eleitos, dezoito são da coligação do prefeito eleito, isso poderá facilitar a aprovação de projetos para o Executivo. O PMDB venceu as eleições em 17 municípios (44%); o PSDB, 8 municípios (21%). Ou seja, esses dois partidos venceram em 65% dos municípios do Sudeste do Pará, restando 35% para sete outros partidos. Sendo que o PMDB, conquistou 41 municípios (29%); o PSDB, 34 (24%); o DEM e o PR, 15 cada (10% cada); o PSD e o PT, 7 cada (5% cada); o PSC, 6 (4%); o PDT, 5 (3%); o PPS, 4 (3%); o PTB, 3 (2%); o SD, 2 (1%); o PTN, PSB, PP e PMB, 1 cada (1% cada). Em relação às coligações e seleção de candidaturas foram feitas entrevistas com: candidatos a vereador; vereadores eleitos e coordenador de campanha.

3.2 Eleições 2016: as Entrevistas

As entrevistas foram realizadas através de questionários semi-aberto e no final livre para o entrevistado fazer referência a algo que julgasse relevante, mas que não havia sido abordado pelo questionário. Todos os entrevistados assinaram o termo de autorização de divulgação e uso de imagem. Foram entrevistados: três vereadores eleitos, Tiago Koch e

Nonato Dourado, ambos do MDB e Márcio do São Félix do PSDB; uma coordenadora de campanha, Mirian Guedes, do DEM; um candidato a prefeito, Rigler Aragão do PSOL. O vereador Nonato Dourado se candidatou pela primeira vez em 2008, depois em 2012, e sendo eleito apenas em 2016, no entanto, no período de 2013-2016 (suplente) assumiu a cadeira de vereador por 50 dias. Sobre a motivação de entrar na política o vereador enfatizou

[...] o que me motivou a entrar na política foi justamente para complementar o trabalho que eu faço no rádio e TV, que trabalho é esse? É um trabalho de defesa do cidadão, das pessoas menos favorecidas, daquelas pessoas que encontram dificuldade no dia-dia no meio social, daquelas pessoas que não conseguem acesso nas instituições públicas, das pessoas que tem dificuldade em conseguir os seus direitos que já é garantido, mas tem dificuldade em adquirir o seu direito, então eu vi que eu poderia contribuir mais com o município de Marabá, por isso eu resolvi sair candidato ((VEREADOR NONATO DOURADO, MDB, 23 de mai.-/2018)

Deste modo, o vereador citado, diz se apresentar como um facilitador ante à burocracia encontrada pelo cidadão comum, que em muitos casos não é conhecedor dos seus direitos. Sobre a importância das coligações afirma que:

[...] se fortalece os partidos, tanto os grandes quanto os pequenos, eu acredito até que numa coligação, os pequenos terminam fortalecendo (nessa cadeia social), sempre os maiores. Quando há uma coligação de um partido denominado pequeno, esse partido, ele termina servindo de escada para um partido maior, ele fortalece mais o partido [maior], e as vezes o que ele busca não é alcançado, as vezes termina, é, você elegendo dois vereadores do partido maior da mesma coligação, quando um de um partido menor não consegue se eleger, esse é o que eu vejo em relação às coligações, serve para fortalecer e serve também pra fechar o cerco, ou seja, para blindar, se eu tenho mais partidos, por exemplo se eu sou um candidato a prefeito e eu tenho mais partidos, é, comigo, e mais partidos coligados, eles estão fechados, ou seja, está blindado pra que outros não entrem ou que não esfalece o voto, pra que tenha mais união de voto. ((VEREADOR NONATO DOURADO, MDB, 23 de mai.-/2018)

Ainda segundo o vereador, os partidos maiores acabam sendo favorecidos com as coligações. Quanto às articulações para que as coligações aconteçam enfatiza:

[...] é complicado porque é como se fosse um funil, e eu já vivi esse momento por algumas vezes, essa articulação é através de reuniões, através de conversas, mas elas acontecem assim de forma repentina, por exemplo, hoje, sexta-feira, é, existe uma articulação pra que determinado partido esteja com outro partido, com partido X, daqui uma hora, quando é na reta final, nos últimos dias, nos últimos prazos para o fim das coligações, daqui uma hora aquele partido que tava aqui, ele já tá com outro partido, já tá em outra coligação, há mudanças repentinas no prazo de vinte e quatro horas que são coisas assim, assustadoras, que os próprios candidatos a vereadores que tão num determinado partido se assustam – mas a gente num tava agora

a pouco com partido X? né? Mas era há duas horas, mas agora já tão com partido Y, então essas articulações, elas são muito fortes, (...) faltando ali trinta minutos pra fechar a ata muita coisa acontece (...) tem partido que por ser de direita dificilmente vai pra esquerda e tem partido que por ser de esquerda dificilmente vai pra direita (...) essas conversas ficam na informalidade (...)

(VEREADOR NONATO DOURADO, MDB, 23 de mai.-/2018)

As articulações (aqui) são conversas informais que não se encontram registradas em nenhum documento. As atas servem apenas para assinalar o resultado das articulações e não o seu conteúdo. O vereador Nonato (MDB) nos confidenciou ainda que nas eleições de 2012, por estar em um partido pequeno (PMN) não foi eleito por falta de cinco votos que faltaram para atingir o coeficiente, porém, se tivesse em um partido maior corria o risco de não ser eleito por falta de voto, mas não por falta de coeficiente, foi o que fez com que aceitasse o convite para ir para o PMDB atual MDB. A respeito do eleitor, se diz manter a transparência não fazendo promessas impossíveis de cumprir, o que o faz conquistar a confiança do eleitor. Perguntado sobre as questões pendentes das administrações passadas, afirma ainda haver pendências da administração anterior devido o tempo não ser suficiente para saná-los, mas que está sendo reparado.

Diz não ser conivente com a corrupção política nacional na área da educação tem enviado requerimentos para investimentos em escolas. Ainda trabalha em busca de dá acessibilidade aos direitos e ao bem-estar do cidadão, da saúde, da educação, da moradia, da água potável. O vereador Márcio do São Félix foi filiado ao PDT de 2008 a 2012, filiando depois ao PSDB, permanecendo até hoje. Em relação à motivação, afirma ser participante de pastorais e viu a necessidade de ampliar sua área de atuação em favor dos movimentos sociais. Questionado sobre a importância das coligações:

Bom, isso nada mais é do que um agrupamento de partidos como forma estratégica de conseguir somar quantitativo de votos para eleição de seus candidatos, e que diga se de passagem tem dias contados, existe uma lei tramitando provavelmente em 2020 as eleições já não tenham mais a questão das coligações, cada partido vai ter que ter sua estrutura com a quantidade de eleitores suficientes pra poder eleger os seus representantes.

(VEREADOR MÁRCIO, PSDB, 28, mai.-/ 2018)

Na sua primeira candidatura foi convidado pelo partido pela sua desenvoltura com a comunidade. A confiança com os eleitores “veio” através do envolvimento com as comunidades. Afirma ainda que em decorrência do município ter passado por mandatos anteriores que deixaram a prefeitura com muitas pendências tornou-se necessário o Executivo tomar medidas vistas como impopulares, mas necessárias para sanar as contas. Falando dos escândalos de corrupção diz que o momento por que passa o país é propício para se coibir essa prática. Afirma que a educação precisa ser modificada na base, citando

Augusto Cury que considera nosso modelo de educação falido, ainda fez também uma analogia dizendo que “a política é como uma televisão sem controle remoto, ou você levanta e muda ou vai ter que assistir tudo que passa na sua frente”. Defende uma melhor reestruturação dos serviços públicos. Espera ver uma renovação no cenário político para se sentir estimulado a continuar.

O vereador Tiago Koch (MDB), é da região do Rio Preto (distrito de Marabá) e está na política a pouco tempo filiando-se ao PMDB apenas no início da campanha em 2016. O que o motivou a entrar na política foi o sentimento de mudança. Diz não conhecer bem a questão das coligações, mas defende o fim das mesmas no país. Sobre a escolha como candidato foi através do interesse do partido na representação na zona rural e também sua articulação junta a juventude em Marabá. Diz que conquistou a confiança dos eleitores falando a “verdade” e agora seu compromisso é fiscalizar o Executivo e intermediar a favor do povo. Em relação às pendências dos mandatos anteriores, o pagamento de folhas atrasadas pode prejudicar o investimento da gestão atual.

Também concorda com o vereador Márcio do São Félix, quando afirma a urgência de se investir na educação básica. Também destinou emendas para reformar escolas na zona rural. Priorizar educação, saúde e segurança. A sua expectativa é avaliar ao final do mandato, se conseguiu fazer mudanças propostas em campanha e se o grupo continua apoiando, se não, não tem problemas em abandonar a carreira política.

Realizamos uma entrevista com Miriam Guedes, coordenadora da campanha das eleições majoritárias do partido Democratas (DEM), trabalhando na política desde 1988. Iniciou no PSDB, depois PTB e atualmente no DEM, já concorreu em campanha por causa da cota feminina. Sobre as coligações existe o “(...) interesse de acumular um número de voto, aquele acúmulo de sigla, que acumularia voto e sairia vitorioso, foi esse o intuito das coligações”. Em relação as articulações para se formar as coligações, a coordenadora da campanha do DEM comenta:

[...] existem muitos interesse pessoal, não existe interesse coletivo, presidente, muitos presidente de partido, ele pensa nele, ele não pensa no coletivo, tipo, fulano de tal ele é candidato, mas ele não tem potencial nenhum pra ganhar, mas ele tá com dinheiro eu vou com ele, ele vai me bancar, entendeu, geralmente os presidentes de partido eles são candidatos, na majoritária ou na proporcional, principalmente os que vai pra proporcional vai pensando nele, em se eleger (...). O partido político virou uma moeda de troca na hora da eleição, (...) quando o ex-presidente Lula se coligou com tudo quanto foi partido (...) pra ganhar a eleição de 2002, mudou muito a opinião partidária, hoje o cara ele quer ganhar, ele não importa como, ele quer ser eleito. (MIRIAM GUEDES, DEM, 02 de abr.-/2018)

Na fala do professor da Universidade do Sul e Sudeste do Pará (UNIFESSPA), Rigler Aragão, que também é coordenador geral do Sindicato dos Docentes da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (SINDUNIFESSPA) e candidato a prefeito de Marabá

pelo Partido Socialismo e Liberdade (PSOL). Foi presidente do partido em Marabá, hoje é membro do diretório municipal do partido, ele afirma estar envolvido na política desde que entrou na universidade (2000) fazendo parte do movimento estudantil, posteriormente, o sindicato. Afirma que a motivação de entrar na política é o fato de que a política estar em todo lugar.

Na escolha dos candidatos reafirma o que a maioria dos entrevistados falou que é a questão do perfil do possível candidato. Defende as políticas públicas junto as comunidades de bairros, política para mulheres, juventude, serviços de saneamento, saúde pública e educação. Vale ressaltar que entre a fala de todas as pessoas entrevistadas, percebeu-se que há em primeiro momento uma rejeição às coligações, mas, a maioria dos partidos acaba cedendo as alianças das coligações.

4 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

No período de Julho/2017 a Janeiro/2018 avaliamos os dados de projeção dos partidos, comparando com a projeção partidária estadual e nacional, ficando evidente que as projeções partidárias e eleitorais seguem uma ordem proporcional em todos os cenários e que uns poucos partidos ficam com a maior parte nessa proporção, o caso do PSDB e PMDB (atual MDB).

Nas eleições majoritárias municipais o prefeito eleito havia feito coligações com a maioria dos partidos considerados grandes, favorecendo sua eleição e também por ter feito uma boa administração em mandatos anteriores. Em relação às eleições proporcionais, houve uma renovação com muitos candidatos novos eleitos e alguns já estavam no poder em mandatos anteriores, assim alguns não foram reeleitos. Porém, a maioria dos eleitos fazem parte da coligação majoritária favorecendo ao Executivo, mas pode ter um efeito negativo ante os problemas sociais, no sentido de cobranças do legislativo. Finalizando nossa pesquisa vimos que as candidaturas possuem como primícias à observação dos partidos, a desenvoltura dos possíveis candidatos, o desempenho, a relação com a comunidade, sua popularidade, carisma e etc.

As coligações, segundo a fala da maioria dos entrevistados, serve para somar forças e “fechar o cerco” em torno do voto, elas parecem ser um pouco rejeitada por alguns, no sentido de que há muita movimentação no seu entorno (jogo de interesses) em muitos casos prevalece a “lei do mais forte” em que os partidos menores acabam apenas somando votos para os maiores. A relevância da pesquisa tem sua gênese na escassez de estudo dessa natureza no âmbito municipal valorizando a história política local; evidenciando os interesses políticos no processo de seleção de candidatura e contribuindo para a pesquisa acadêmica sobre a política partidária e eleitoral da região.

REFERÊNCIAS

CAPELLA, Ayrton. **A Mentalidade Antipartidária no Brasil**. Estudos de Problemas Brasileiros da UFSC, 1986.

FERREIRA, Manoel Rodrigues. **Evolução do sistema eleitoral Brasileiro**. – 2. ed., rev. e alt. – Brasília: TSE/SDI, 2005.

MOTTA SÁ, Rodrigo Patto. **Introdução à História dos Partidos Políticos Brasileiros**. Belo Horizonte, UFMG, 1999.

NICOLAU, Jairo Marconi. **Sistemas Eleitorais**. Rio de Janeiro. Editora Getúlio Vargas. 5ª edição 2004.

PERES, Paulo. **Revisitando a “Teoria Geral” dos Partidos Políticos de Maurice Duverger**. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. 2009.

SEVERO, Gustavo; CHAVES, Humberto. **A Reforma Eleitoral de 2015** – Breves comentários à Lei nº 13.165/2015. Revista Brasileira de Direito Eleitoral – RBDE, Belo Horizonte, ano 7, n. 13, p. 81-120, jul./dez. 2015.

SILVA, Laís Rafaell Rodrigues Justino da. **Relatório Final** - Programa Institucional de bolsas de Iniciação Científica – PIBIC/ PROPIT/UNIFESSPA, 2015.

SOUZA, Denaldo Alchorne de. **O Colapso Teórico do Populismo**. Intellèctus (UERJ. Online), 2010.

WEBER, Max. **Ciência e Política**: duas vocações. São Paulo. Editora Cultrix. 2011.

WEFFORT, Francisco. **Os Clássicos da Política**, VL I e II, São Paulo, Ed. Ática, 1984. **TRE** partidos - <http://www.tre-pa.jus.br/partidos/partidos-politicos/partidos-politicos> (Acesso 21/08/2017)

Notícias **TSE** - novas regras para as eleições -<http://www.tse.jus.br/imprensa/noticias-tse/2016/Janeiro/conheca-as-novas-regras-das-eleicoes-municipais-de-2016> .

CORREIO NEWS - <http://www.correionews.com/home/noticias/politica/2016/09/tiao-miranda-tem-641-do-eleitorado> (Acesso 26/08/2017)

Lei das Eleições - http://www.tse.jus.br/hotsites/catalogo-publicacoes/pdf/codigo_eleitoral/codigo_eleitoral-anotado-e-legislacao-complementar-12-edicao-atualizado.pdf (Acesso 03/01/2018)

Lei dos Partidos - http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9096.htm (Acesso 17/10/2018)

ÍNDICE REMISSIVO

A

Alvenaria Estrutural 16, 22

Anúncio Audiovisual 53, 55, 57, 59, 61, 65

Arquivologia 82, 83, 84, 85, 86, 87, 88, 89, 90

B

Bagaço do Caju 16, 17, 20, 21, 22

C

Cidadania 106, 109, 110, 118, 126, 127, 128, 131, 132, 133, 136, 137, 138, 139, 140, 156, 171

Comportamento 18, 23, 38, 42, 57, 66, 74, 79, 116, 146, 156

Concreto Armado 16, 18, 22

Conjuntura 102

Consumidor Infantil 38

Consumismo 41, 52, 74, 75, 76, 79, 81

Consumo de Notícias 67, 70, 71

Cultura 35, 37, 39, 40, 46, 51, 53, 54, 55, 56, 65, 66, 67, 68, 72, 73, 90, 91, 92, 97, 100, 101, 102, 103, 104, 106, 110, 128, 140, 141, 156, 158, 169

Currículo 120, 121, 123, 124, 126, 127, 128, 130, 132, 133, 139, 141, 142

D

Design de Vestuário 24, 26, 27, 28, 30, 31, 33, 34

Diploma 92, 94, 99, 100, 102, 103

Disciplina 4, 91, 96, 105, 106, 108, 109, 110, 111, 112, 113, 114, 115, 116, 117, 126, 128, 134, 136, 140, 164

E

Educação Básica 13, 109, 117, 118, 131, 132, 133, 134, 137, 138, 139, 141

Escola Pública 48, 105, 106, 120, 129, 143, 149, 155

Esportes 157, 162, 165, 169

Estudo de Caso 120

F

Ferrovia 157, 158, 159, 160, 161, 162, 166, 167, 168, 169

Fibras 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23

H

Histórico-Crítica 131, 132, 133, 135, 136, 137, 138, 139, 140, 142

I

Imigrantes Bolivianos 143, 145, 146, 153

Imprensa 15, 73, 129, 157, 159, 162, 165, 167, 169

Inclusiva 37, 143, 145, 146, 149, 151, 155

Integração Social 143, 145

Interações Construídas 105

J

Juventude 13, 14, 105, 106, 107, 108, 110, 111, 114, 115, 116, 118, 119

L

Linguagem Discursiva Regional 53, 65

M

Mercados de Informação 82, 83, 84, 85, 87, 88

O

Obsolescência Programada 33, 74, 78, 79, 81

P

Pedagogia 127, 129, 131, 132, 133, 135, 136, 137, 138, 139, 140, 142

Plataformização 67, 68, 69, 72, 73

Práticas Emancipatórias 120, 121

Produtos 16, 17, 26, 28, 29, 31, 32, 34, 36, 39, 42, 43, 45, 49, 51, 56, 59, 69, 74, 75, 76, 78, 79, 80, 82, 83, 84, 85, 86, 87, 88, 89, 90, 91, 94, 95, 96, 123, 160, 161

Profissão 92, 99, 102

Publicidade 39, 40, 53, 54, 55, 56, 57, 65, 67, 72, 75, 81

S

Serviços 13, 14, 27, 39, 75, 76, 79, 82, 83, 84, 85, 86, 87, 88, 89, 90, 91, 102, 121, 153

Sociologia 104, 105, 106, 107, 108, 109, 110, 111, 112, 113, 114, 115, 116, 117, 118, 119, 120, 121, 126, 128, 131, 132, 133, 134, 136, 137, 138, 139, 140, 141, 142, 143, 153, 169

Sustentabilidade 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 33, 34, 35, 36, 37, 81

T


Tweens 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 47, 48, 49, 51, 52

Ciências Sociais Aplicadas: Necessidades Individuais & Coletivas

www.atenaeditora.com.br 

contato@atenaeditora.com.br 

@atenaeditora 

www.facebook.com/atenaeditora.com.br 

*Luciana Pavowski Franco Silvestre
(Organizadora)*

 **Atena**
Editora

Ano 2020

Ciências Sociais Aplicadas: Necessidades Individuais & Coletivas

www.atenaeditora.com.br 

contato@atenaeditora.com.br 

@atenaeditora 

www.facebook.com/atenaeditora.com.br 

*Luciana Pavowski Franco Silvestre
(Organizadora)*

 **Atena**
Editora

Ano 2020